

Créditos da OECF para o Brasil em fase final de negociações

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Brasil e Japão devem dar início, ainda esta semana, à negociação final da qual depende a liberação de "dinheiro novo" para quatro projetos já aprovados em 1º de abril pela Overseas Economic Cooperation Fund (OECF), uma agência do governo japonês que se dedica a financiar projetos em países em desenvolvimento a juros bem abaixo do mercado.

Os quatro projetos aprovados tecnicamente pela OECF em abril já estão com recursos alocados em orçamento, mas falta acertar um entendimento entre os dois países em torno do texto do documento formal que dará margem à contratação dos empréstimos pelos mutuários internos. No total, esses projetos somam US\$ 491 milhões com prazo de vencimento de 25 anos, 10 anos de carência e juro fixo de 4,25% ao ano, sem qualquer "spread" (taxa de risco) ou taxa complementar.

"Falta formalizarmos a troca de notas entre o governo brasileiro e o japonês", disse ontem o secretário para assuntos internacionais do Ministério da



Sergio Amaral

Fazenda, ministro Sergio Amaral. O assunto deve ser objeto da conversa que o embaixador do Japão, Harunori Kaya, terá hoje em audiência marcada com o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. Amaral indicou que o Brasil aguarda uma manifestação do governo japonês no sentido de considerar a liberação daqueles empréstimos "independentemente de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)".

DEPENDÊNCIA DO FMI

A rigor, não existe uma dependência direta entre a

liberação dos recursos da OECF e a obrigatoriedade de um acordo entre o Brasil e o FMI. Estes empréstimos saem do fundo de reciclagem japoneses (conhecido como Fundo Nakasone), mas, ao contrário dos empréstimos do Eximbank do Japão não envolvem co-financiamento de banco privado. Têm havido, no entanto, pressões por parte de instituições bancárias japonesas de modo que os recursos só sejam liberados depois que o Brasil acertar um entendimento final com o FMI.

Os projetos já aprovados pela OECF são os seguintes: projeto de colonização às margens do rio São Francisco, em Minas Gerais, conhecido como Jaiba II, envolvendo financiamento japonês de US\$ 110 milhões; projeto de modernização e ampliação do Porto de Santos, no valor de US\$ 228 milhões; projeto de eletrificação rural em Goiás, de US\$ 96 milhões e projeto de irrigação no Nordeste, no valor de US\$ 57 milhões. Os contratos entre a OECF e os mutuários internos, com o aval da União, só serão firmados depois de os governos brasileiros e japoneses terem assinado a nota conjunta de

praxe, cujo conteúdo depende de negociação entre os dois países.

ESTE ANO

Mesmo que essa formalidade seja concretizada com alguma rapidez, não se tem idéia no Ministério da Fazenda quanto de recursos a OECF poderá liberar para o Brasil ainda este ano. Os desembolsos dependem de cronogramas específicos, em função das características de cada projeto a ser financiado.

O Eximbank do Japão também já aprovou, em nível técnico, três outros projetos brasileiros da lista apresentada pelo governo brasileiro e que se habilitava a receber recursos do Fundo Nakasone. Esses três projetos somam US\$ 1,065 bilhão, assim distribuído: Termo-elétrica de São Paulo, US\$ 585 milhões; trem urbano de Fortaleza, US\$ 180 milhões e crédito bancário a fornecedores para a exportação de bens de capital ao Brasil, no valor de US\$ 200 milhões. Neste ano, US\$ 300 milhões do total de US\$ 1,065 bilhão dizem respeito ao co-financiamento de bancos privados japoneses, e um acordo entre o Brasil e o FMI é condição para a liberação dos recursos.